



ACÓRDÃO Nº 1065/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11359/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Autazes.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Emilson Sales de França (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3897/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Autazes. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Emilson Sales de França**, Presidente da Câmara Municipal de Autazes, exercício de **2017**, nos termos do art. 22, III, "b", da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, "b", da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Emilson Sales de França** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil seiscientos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei Orgânica deste TCE c/c o art. 308, VI, da Resolução 04/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal, referentes aos itens 1a, 2, 3, 4 e 5 transcritos na fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo*



ACÓRDÃO Nº 1065/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Dar ciência à Câmara Municipal de Autazes das impropriedades constantes destes autos, remetendo-lhe cópias das manifestações da Unidade Técnica e Parecer Ministerial, determinando o cumprimento das Recomendações listadas nas referidas peças técnicas.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral